



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA Número 1591 / x ( 4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>1313</u> /200 <u>8</u>
O Secretário da Mesa <u>Rodrigues</u>

Assunto: **As obras do novo Hospital de Braga e o património histórico local**

- **Destruição de vestígios arqueológicos**
- **Despedimento do Arqueólogo Luciano Vilas Boas**
- **Protecção do conjunto monumental setecentista das Sete Fontes**

Destinatário: **Ministro da Cultura**

*Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República,*

O alerta foi lançado pelo Arqueólogo F. Sande Lemos, durante anos responsável pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e pela ASPA. No dia 2 de Março uma Delegação do PCP, acompanhada por aquele especialista, visitou o local das obras do novo Hospital de Braga. Apesar das dificuldades levantadas pelos responsáveis da Obra à visita (conforme carta de que demos conhecimento ao Ministério da Saúde), pudemos constatar:

Os efectivos riscos para potencial património histórico existente na área das obras - foram já detectados vestígios romanos e pré-históricos - pelo facto de estarem a decorrer sem ter havido um estudo prévio. O trabalho de alguns arqueólogos, que vão acompanhando a movimentação de terras, acontece com as máquinas em funcionamento e a intervirem a 50/100 metros! Isto é, não houve uma análise aprofundada do terreno, com as sondagens necessárias, o que é inexplicável pois a localização do hospital estava há muito escolhida (1993). E agora não estão a verificar-se nem a serem tomadas as medidas necessárias para a segurança do património, procurando pelo menos, articular a dinâmica da obra e a actividade dos arqueólogos. O facto de a obra se encontrar na fronteira da área classificada das Sete Fontes (a primeira Fonte está a poucos metros do tapume da obra), por exemplo, deveria ter levado a uma avaliação de



possível existência no subsolo de minas ou galerias, romanas ou medievais, que hoje, correm o risco de serem completamente abatidas/destruídas pela movimentação de cargas e máquinas pesadas à superfície.

Estas preocupações são também da ASPA, Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural de Natural que, sobre o tema, tem vindo a pronunciar-se na comunicação social, nomeadamente alertando o IGESPAR e outras entidades públicas, referindo que a ameaça de destruição a que foram sujeitos os vestígios do povoado da Idade do Bronze «pode repetir-se com elementos de outras épocas, romana, medieval e setecentista.»

Denunciou ainda a ASPA com particular veemência, o processo de despedimento (denúncia unilateral do contrato) pela empresa do Arqueólogo Luciano Vilas Boas, pelo facto, segundo a ASPA, de se ter oposto à «destruição iminente de vestígios patrimoniais por parte do consórcio que está a construir o Hospital».

A ASPA releva que os «incidentes que levaram o Arqueólogo acreditado pelo IGESPAR para acompanhar as obras a ter de chamar a GNR devido à ameaça iminente de destruição de vestígios patrimoniais», é uma matéria ainda mal esclarecida.

É uma evidência que a instabilidade da composição das equipas que acompanham a obra não pode deixar de fragilizar a sua intervenção.

Por outro lado, não é possível deixar de ter em conta na consideração deste processo as respostas do Ministério da Cultura de 18 de Junho de 2008, à Pergunta N.º 1171/X/(3.ª)-AC, de 18 de Abril, do Grupo Parlamentar do PCP, sobre a construção de instalações para um projecto escolar na proximidade do complexo monumental das Sete Fontes e de que destaque as seguintes informações:

«1. Os projectos com intenção de construção nas proximidades do conjunto monumental das Sete Fontes têm vindo a ser acompanhados, primeiro pelo ex-Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), e agora pela Direcção Regional de Cultura do Norte, nomeadamente, através da presença nas Comissões de Avaliação, quer do Estudo de Impacte Ambiental, quer do Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução da “Variante a Gualtar da EN 103”, de contactos com a Direcção-Geral dos Equipamentos Hospitalares e da emissão de pareceres prévios e vinculativos, nos termos previstos na legislação aplicável.

(...)

3. Quanto à definição de uma Zona Especial de Protecção do imóvel em questão, encontra-se em preparação.

(...)

5. A realização prévia de sondagens arqueológicas de avaliação constitui condicionante comum a qualquer



projecto de construção em área abrangida pela servidão administrativa gerada pelo conjunto monumental das Sete Fontes.»

A urgência da construção do novo Hospital, atrasada, no mínimo duas décadas, por responsabilidades de Governos PS e PSD/CDS-PP, nomeadamente pela opção de entrega do Projecto a uma Parceria Público-Privada, não pode agora servir de justificação para uma pressa que atrepele a Lei de Bases do Património e o que constitucionalmente é uma tarefa fundamental do Estado: “Proteger e valorizar o património cultural do povo português (...)” (Artigo 9º, alínea e)).

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Cultura** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que estudo prévio arqueológico foi realizado na área de construção do novo Hospital de Braga? Quem o realizou? Quais os seus resultados? Estando a referida área na vizinhança do Complexo Monumental Sete Fontes porque não foram tidas em consideração as precauções que os serviços do Ministério apontaram face a obras de terceiros na zona? Como pode o Estado querer que privados cumpram a Lei portuguesa em matéria de protecção do património, se não dá o exemplo em obras suas?
2. Que razões foram invocadas pela Empresa para despedir a Arqueólogo Luciano Vilas Boas? Dada a acreditação efectuada pelo IGESPAR, vai o Governo aceitar tal decisão? Percebe o Governo, que a partir desse facto, se for aceite pelo Governo, nenhuma autoridade restará aos arqueólogos que lá se encontram para travar qualquer avanço das obras, mesmo que justificada por motivos de defesa de património? Porque teve o arqueólogo em causa de chamar a GNR face à ameaça iminente de destruição de vestígios patrimoniais? Teve ou não razão, para o pedido de intervenção da GNR?
3. Se a dimensão da obra impõe e permite várias frentes de trabalho, porque razão não se estabelece um plano articulado que compatibilize a actividade dos arqueólogos e a dinâmica da Obra? Julga o IGESPAR boas as condições de trabalho em que estão a operar os arqueólogos? Quem coordena o trabalho de acompanhamento arqueológico da Obra? Que balanço é feito desse acompanhamento até à data? Quais os seus resultados em termos arqueológicos? Qual a composição das equipas de arqueólogos no terreno desde o início da Obra? Como vai o Governo assegurar que a Obra possa ser acompanhada com transparência pelos cidadãos e especialistas credenciados, tanto mais necessário quanto mais foram os prenúncios deste início?
4. Estando a Obra na proximidade de um velho sistema de abastecimento de água à cidade de Braga, cuja exploração provavelmente se estendeu e desenvolveu no subsolo da área da Obra, que estudos foram feitos relativamente à existência de lençóis freáticos e outras reservas de água na zona? Quem os fez? Quais os seus resultados?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

5. Porque razão o caminho romano/medieval que entronca com o Complexo Seta Fontes não está ainda classificado, apesar de há muito tal ter sido proposto pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho? Quando será concretizada a classificação? A Zona Especial de Protecção do Imóvel, de que o Ministério da Cultura falava na sua resposta de 18 de Junho, à Pergunta do GP do PCP, está já aprovada e homologada? Onde se pode consultar a decisão?

Palácio de S. Bento, 13 de Março de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes